



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

A DESQUALIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Abigail Marinho dos Santos¹
Kaliel Fernando Nunes²

Resumo: O presente artigo aborda a invisibilidade da mulher negra na sociedade brasileira, na interface entre racismo e sexismo, utilizando como referência autores marxistas e a possibilidade de análise na perspectiva da totalidade social. Vamos apontar a questão racial e as repercussões que as desigualdades trazem para as mulheres negras perante a sociedade capitalista a partir da abordagem histórica.

Palavras-chave: Racismo; Mulher Negra; Formação Profissional.

Abstract: This article discusses the invisibility of the black woman in Brazilian society, in the interface between racism and sexism, using as reference marxist authors and the possibility of analysis from the perspective of social totality. Let us point out the racial issue and the repercussions that inequalities bring to black women before capitalist society from the historical approach.

Keywords: Racism; Black woman; Professional Qualification.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a invisibilidade da mulher negra na sociedade brasileira, na interface entre racismo e sexismo, cuja análise se baseia na perspectiva da totalidade social. Vamos apontar a questão racial e as repercussões que as desigualdades trazem para as mulheres negras perante a sociedade capitalista a partir da abordagem histórica.

A sociedade brasileira tem dificuldades em assumir o quão racista e discriminatória é, pois mesmo após o regime escravocrata ter sido abolido as construções do nosso racismo se constituem pela negação do mesmo; o brasileiro não se considera racista ou preconceituoso porque não se olha no espelho; ele olha no espelho do sul africano, do norte-americano, e afirma "olha, eles são tão racistas que até criaram leis segregacionistas", nós não criamos leis desta natureza, não somos racistas.

Podemos afirmar que esta mistificação foi reproduzida com profundidade pelas mãos de Gilberto Freyre e se reproduz ainda na atualidade. Segundo Munanga (2012),

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Paulista de Serviço Social. E-mail: <abigailmarinho@globocom.com>.

² Estudante de Graduação. Faculdade Paulista de Serviço Social. E-mail: <abigailmarinho@globocom.com>.

o mito da democracia racial explicitado por Freyre retroalimenta um forte argumento presente no discurso da sociedade brasileira de que tudo que a população negra vivencia e nomeia como racismo não passa de vitimismo.

A condição da mulher negra no país permanece muito precarizada e a superação de tal condição é o que nos move na direção da busca por emancipação, autonomia, combatendo estereótipos que são heranças do período colonial, tentando romper com a desigualdade racial e incentivando a articulação das mulheres negras nos movimentos sociais para que todas consigam construir suas histórias pessoais com maior autonomia junto à sociedade.

A partir de autoras (es) marxistas como Lélia Gonzáles, Sueli Carneiro, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Octávio Ianni, entre outros pensadores e intelectuais que nos auxiliaram a compreender as determinações históricas da desigualdade racial no Brasil, foi possível tornar visível a questão da mulher negra nesta sociedade e assim possibilitar reflexões que visem ao combate do preconceito, enquanto uma luta diária, seja nas relações familiares, pessoais, no ambiente de trabalho e até mesmo acadêmicas, abordando o tema com profundidade, estudando, fazendo debates críticos, rodas de conversa, questionando inclusive as ações racistas que passam despercebidas.

As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estradas, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama de relações sociais (IANNI, 1992, pág. 120)

O preconceito racial é um assunto delicado e controverso, requer uma totalidade de conhecimentos, maturidade e argumentações, e podemos buscar estes dentro do nosso ambiente acadêmico, entre nossos pares, uma vez que no nosso curso de graduação a disciplina de Relações Étnico-Raciais é obrigatória e ministrada por professoras que são pesquisadoras da temática étnico-racial e coordenam um núcleo de pesquisas na área.

Ao longo deste semestre, as atividades desenvolvidas tiveram como norteador do debate o documento “Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social”, publicada pela Executiva Nacional da ABEPSS, gestão 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, que apresenta de maneira propositiva caminhos para ampliação do debate étnico-racial na graduação.

O curso de graduação tem nos proporcionado a reflexão sobre nossa responsabilidade profissional, pois somos agentes que podem favorecer as transformações no cotidiano das famílias e indivíduos que acessam o Serviço Social e, em se tratando de mulheres negras, é fundamental apreender suas histórias de vida, as

determinações de raça e classe na sua trajetória pessoal e familiar, bem como estimular a denúncia do ato quando houver discriminação e violação de direitos.

2. INTERFACE ENTRE RAÇA/ETNIA. GÊNERO E CLASSE SOCIAL

Para compreender a brutalidade do racismo e do sexismo no Brasil, é preciso partir de um contexto histórico que esmiúça a formação social brasileira, que vulnerabiliza de maneira perversa a população negra, que figura entre as pessoas com menores chances de ascensão social, de se desenvolver com segurança, de acessar níveis mais altos de estudos, de qualificação profissional e de cargos gerenciais e de comando. É recorrente no país a afirmação de que por aqui não há racismo, porém quando se para e se analisam os estudos aprofundados sobre a temática étnico-racial pode-se desmitificar tais afirmações.

Ainda neste viés está a negação do racismo brasileiro, que se comporta dentro de uma romantização, onde a violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presente em nossa sociedade. A conversão da violência sexual contra as mulheres negras em romance é definida como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional” (GIULLIAM, 2007, pag. 53) e tem se configurado como um crime difícil de ser punido, uma vez que há responsabilização das mulheres pelo ato cometido pelo agressor.

De acordo com Carneiro (2011), o racismo gera uma das discriminações mais fortes no Brasil, pois impacta no campo social, cultural e institucional; trata-se de uma violência estrutural sobre a vida da população negra, fruto da má distribuição de renda, uma vez que o Brasil está entre um dos piores países nesse quesito, é um dos mais desiguais do mundo³.

Um dos fatores que afetam a vida dos negros e principalmente das mulheres negras é a má distribuição de renda, fato notório presente em pesquisas feitas pelo IBGE 2018, segundo as quais a diferença de salário entre brancos e negros é assustadora. Em uma gritante desigualdade, onde o homem branco ganha 80% a mais que o homem preto ou pardo e, entre os graduados, brancos ganham 47% mais que negros na mesma função.

A definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista. Com frequência, racismo e sexismo convergem – e a condição das mulheres brancas trabalhadoras não raro é associada à situação opressiva das mulheres de minorias étnicas. (DAVIS, 2016, p.102).

³ <https://fundacaotidesetubal.org.br> -Márcia Lima Socióloga debate eletrônico 2018.

Há que se considerar que o modo como a sociedade capitalista se organiza, de maneira hierarquizada, tem relação direta com a validação de ideias que sustentam o racismo e o patriarcado. A dominação e superioridade branca atravessa todas as esferas da vida social submetidas ao controle dominante que incide sobre as diversas esferas da vida social, a economia, a política, a cultura, etc. Neste sentido e de acordo com Saiote (1997), a discriminação vivida pelas mulheres e pela população negra tem raízes na dominação masculina e branca.

E de um modo geral a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, estando presente também no campo da discriminação racial. Ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na "ordem das bicadas" é a mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres (SAFIOTI, 1997 p.48)

Ao Estado brasileiro, caberia o papel de proporcionar igualdade e oportunidades para todas (os), entretanto a ausência de políticas que promovam a equidade racial impede que a população negra acesse de maneira justa e igualitária aos direitos humanos.

a questão racial durante a segunda metade do século XX sofre transformações, pois, para que o desenvolvimento econômico e social ocorresse, era necessário que o Brasil se livrasse do empecilho da escravidão. Não era positivo para o Brasil defender a imagem de um país que se dizia moderno, mas mantinha a mão-de-obra escrava. A inserção de teorias racistas contribuiu para, de um modo sutil, ajustar, contribuir para o processo de adaptação do negro a cultura branca e europeia ainda predominante no país. Era significativo, já naquele período, o número de intelectuais negros que problematizam as condições de opressão desta população, mas também entre eles era possível encontrar adeptos do ajuste à cultura hegemônica. (IANNI, 1995, pag68)

Até hoje não houve reparação das violências produzidas pela escravidão negra e pelas práticas sexistas, que subjagam as mulheres, sem dizer nas condutas discriminatórias que vem sendo reproduzidas ao decorrer dos anos, não havendo uma redução perante a isso, pois esta redução não é algo interessante para o capital, a opressão e invisibilidade das reais demandas da população negra são necessárias para esse sistema; por conta disso, não se criam políticas para reduzir ou até mesmo combater esse problema. O racismo e o sexismo estão consolidados, são difíceis de serem eliminados, pois enquanto essas ideologias servirem para o capitalismo irá continuar a existir.

O racismo e o sexismo têm construído relações sociais, políticas e de gênero nas quais são elementos fundamentais para a sociedade capitalista. Esse sistema acaba alimentando essas duas ideologias para o seu próprio bem, está em sua estrutura utilizar a dominação, opressão e a exploração, fazendo dessa tríplice construção nascer uma lógica de superioridade de determinado grupo racial e a inferiorização de outro grupo criando diversas perversidades.

Ao acompanhar a trajetória de muita luta das mulheres negras, fica evidente a sua exclusão e as suas enormes dificuldades em determinados espaços na sociedade brasileira, o sexismo unido ao racismo vai trazer uma violência tremenda para esse grupo. As maiores vítimas desse processo de exclusão e que têm sofrido os impactos dessas desigualdades geradas pelo capitalismo são mulheres negras.

E como se não bastasse a violência contra si, a mulher negra também experimenta com maior intensidade a violência contra seus filhos, irmãos e companheiros. Esta é mais uma das expressões do racismo, cujas ações estatais não conseguem proteger de maneira igualitária as mulheres da violência, com o desenvolvimento de ações de manutenção/preservação da vida em condições satisfatórias no âmbito dos direitos sociais.

Podemos afirmar que os movimentos negros já se organizavam mesmo antes da malfadada abolição. Há relatos que, desde o início da escravização dos povos negros, os movimentos já existiam e os que se intitulavam de “negros fujões, revoltados e abolicionistas”, considera-se que eram pessoas fazendo frente ao regime e lutando por seus direitos de cidadãos, fazendo frente à desigualdade e opressão por elas vivenciadas”.

Segundo Gomes (2003), as fugas estavam inseridas na experiência cotidiana dos escravos e constituíam um aspecto revelador dos mecanismos da resistência, destacando constituição de comunidades, identidades e cultura. As contribuições dos movimentos negros e de mulheres negras são ações determinantes na denúncia ao racismo e não cessam, influenciando no debate.

No século passado, podemos encontrar as mulheres negras movimentando-se em seus espaços sociais, negociando, exigindo seus direitos e construindo suas redes de solidariedade, pois seus contatos sociais e a circularidade de informações geralmente eram organizadas em torno de seus pequenos negócios, os quais chamavam atenção por suas posturas, e por suas características às vezes clandestinas.

Segundo Silva Dias, “muitas dessas medidas repressivas focalização em especial o movimento das mulheres negras escravas, em função do papel importante que desempenhavam na vida comunitária dos escravos”. (1984, p.114)

A luta por emancipação, direitos e autonomia destas mulheres é incansável. A mulher negra brasileira organiza-se politicamente em busca de emancipação social, combatendo estereótipos das heranças coloniais, rompendo as desigualdades entre as brancas e não brancas, com o objetivo de construir uma história igualitária antirracista e antissexista conforme Carneiro (2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de um tema complexo e polêmico, segundo Moura (ano), para apreender o racismo é importante analisar os diversos contextos políticos e que lhe dão materialidade. A forma que o racismo assume na modernidade está diretamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo mundial. Portanto, concordamos com o autor, que afirma que o racismo é um dos galhos ideológicos do capitalismo.

Podemos observar o racismo introyção nas pessoas, nas suas ações em determinados momentos, na falta de respeito às religiões diferentes das popularmente praticadas pela maioria do "povo do bem". Ainda no viés psicológico, há afirmações de que o racismo é um mal no aspecto físico e psicológico.

Por sua vez, Munanga (2017) argumenta que o Brasil possui um quadro gritante de discriminação, produzido pela desigualdade racial. Podemos identificar tal desigualdade desde a infância, quando crianças negras relatam casos de xingamentos ligados à cor da pele, situações que não podem ser ignoradas, pois provocam marcas nestes sujeitos, que na fase adulta nem sempre conseguem combater as violências sofridas, pela dificuldade de ser orientado e preparado para este enfrentamento desde pequeno.

Com as mulheres negras isso não é diferente e a invisibilidade de suas necessidades e demandas explicita o quanto o preconceito e a discriminação racial tem sido vitoriosos, na reprodução das desigualdades sociais.

Apreendemos no debate sobre raça que é essencial analisar a classe trabalhadora, em conexão com sua condição de gênero e raça, pois somente desta forma pode-se desmitificar a ideia de que no Brasil há democracia racial. Analisar gênero, raça e classe requer também considerar a condição de existência desta população, a segregação a que está exposta e perceber que a forma como esta se apresenta varia de território para território, apesar das similaridades.

Nunca será demais lembrar que o capitalismo se organiza a partir do antagonismo e da complementaridade entre duas classes fundamentais do sistema: classe trabalhadora e classe dominante e que seus interesses antagônicos e contraditórios interferem na reprodução da vida social.

O racismo, enquanto uma das faces da sociedade moderna, organiza-se e mantém-se a partir da exploração de um grupo sobre o outro e se manifesta de formas diversificadas na vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social. Vitória - ES: Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, 2018. P. 10 a 21.
- ASSIS, M. I. A.; MARINHO, A.; EGÍDIO, S. I.; GRACIANO, S. As trajetórias das mulheres negras. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES (AS) EM SERVIÇO SOCIAL , 16., Vitória, dez. 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <<http://www.revistausp.br/EAV/articule/vir e/9948>>. Acesso em: 10 jun.2019.
- _____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- EURICO, M. C. “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 33, n.114, 2013.
- GIULLIAM, Ângela. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. **Estudos Feministas**, n. 2, p. 525-543, 1995.
- GOMES, Flavio dos Santos. **Experiências Atlânticas**: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e pós emancipação no Brasil. Passo Fundo: UTP, 2003.
- IANNI, O. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10.ed. São Paulo: Ática, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. Identidade Negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?. **Revista da ABPN**, v.4, n. 8, 2012.
- _____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. 2017. Disponível em: <<https://www.Ufmg.br/inclusão social/>>. Acesso em 10 jun.2019.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

ROCHA, R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 30, n. 99, 2010

SAFFIOTI, H. I.B. S. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1997.